

# O que é possível esperar ainda da FCT?

**Debate Ciências Sociais e Humanas**  
**Moisés de Lemos Martins**

**S**empre entendi como uma má política científica que a FCT tenha entregue a estrangeiros a responsabilidade exclusiva das avaliações científicas. É assim com as unidades de investigação. E é assim, também, com os projetos de investigação. Não existe país nenhum que tenha semelhante política. Mas tem sido assim em Portugal, onde, há mais de uma década, quaisquer que tenham sido os governos, a FCT entrega à comunidade científica internacional a avaliação dos seus projetos estratégicos de investigação.

Penso que Portugal deve estar no concerto das nações como uma nação evoluída, e não como uma nação imatura. E é essa a razão pela qual entendo que uma coisa é a comunidade internacional ser chamada a participar nos processos de avaliação científica em Portugal. Mas que é coisa muito diversa serem os estrangeiros a avaliar-nos em exclusivo, sem se fazer caso da opinião que a comunidade académica nacional tenha dos seus pares. Aliás, esta situação, de tão insólita, sempre causou a maior estranheza aos nossos colegas estrangeiros. Porque, tem lá sentido que paguemos a estrangeiros para que nos digam quais são os nossos interesses estratégicos? Tem lá sentido que lhes paguemos para que nos digam que problemas devemos investigar, que metodologias e que teorias devemos empregar ou, ainda, que projetos deve o Governo português financiar?! Que os estrangeiros nos obriguem a andar de trela, quando as verbas são deles, ainda se pode compreender. Que sejamos nós a pedir-lhes que nos emprestem a língua e que lhes paguemos para que nos coloquem um açaimo, decidindo sobre os nossos interesses, isso é já um fado demasiado triste.

E, todavia, apesar de estarmos perante uma situação intolerável, são compreensíveis as razões pelas quais chegámos a este ponto. Que governante não gosta de fazer a política que lhe der na gana, tendo como álibi uma troika qualquer, que o reconforte nas decisões a tomar, absolvendo-o, do mesmo passo, das políticas pelas quais nunca virá a ser responsabilizado? Tem sido assim, por exemplo, na economia e nas políticas sociais. E é igualmente assim na política científica.

Mas não bastou termos atingido esse patamar de quem não presta nunca contas pelas políticas científicas que executa. Agora, demos o passo que faltava no caminho para o desastre. No começo desta legislatura, a FCT arrumou dentro de um mesmo saco científico todas as Ciências Sociais e Humanas. Sendo tratadas a granel, vimos crescer exponencialmente, a partir de então, a opacidade dos processos. E, por outro lado, a arbitrariedade nas decisões tornou-se total.

Tem sido o salve-se quem puder, valendo tudo, com os mais fortes, e não necessariamente aqueles que mais mérito têm, a alimentarem-se dos mais fracos, tal qual como no *Sermão de Santo António aos Peixes*.

Tomo como exemplo a Comunicação, que é a minha área científica. Em 2003, foi constituída como área específica na FCT. Porém, em 2012, foi-lhe retirada essa qualidade, apesar de contar no país com mais de trinta licenciaturas, mais de meia centena de mestrados, quinze doutoramentos, cerca de quatro centenas de doutorandos e uma comunidade académica de dez mil estudantes e cerca de um milhar de professores.

Não concurso Roteiro, aberto pela FCT para reforço das infra-estruturas tecnológicas e humanas dos centros de investigação, no período de 2014-2020, todos os centros de pesquisa em Comunicação viram as suas propostas recusadas. Li o parecer de recusa dos projetos de dois dos principais centros de Comunicação do país. Não é

aceitável que sejam investigadores de outras áreas, mesmo que de Ciências Sociais e Humanas, a avaliarem em exclusividade projetos de Comunicação. E menos tolerável é, em termos de estratégia nacional, que obscuros avaliadores estrangeiros tenham assinalado como uma fraqueza, em ambos os casos, o facto de os projetos assentarem em estratégias que privilegiam o espaço lusófono. Já havia ocorrido coisa parecida no concurso para investigador-FCT. Nenhuma quota de aprovação para as Ciências da Comunicação. Nenhum membro do júri de Comunicação. E, portanto, nenhum investigador de Comunicação aprovado no concurso. Exatamente como no concurso para as infra-estruturas tecnológicas e humanas.

O Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, cujos elementos foram escolhidos pelo Governo e que é presidido pelo primeiro-ministro, pediu há tempos uma auditoria ao funcionamento da FCT. Se fosse ouvida a comunidade académica, não sei se o resultado não teria sido o pedido de exoneração da actual Comissão Diretiva. Simplesmente, porque a FCT perdeu por completo o respeito da comunidade académica.

Quando tiver passado este vento ruim que nos assola, será demasiado tarde, porque o crime estará consumado.

**Director do Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho**



**Demos o passo que faltava no caminho para o desastre**

# Aristides de Sousa Mendes, 60 anos depois

**Tribuna Memória e homenagem**  
**Maria do Carmo Vieira**

**P**assam hoje 60 anos da morte de Aristides de Sousa Mendes, no Hospital da Ordem Terceira, em Lisboa, e ainda que não nos limitemos a lembrá-lo em datas de nascimento e morte, fazê-lo é também uma forma de continuar a mostrar que está vivo entre nós o seu acto de resistência – e simultaneamente de desobediência – que o tornou universal.

Queiram ou não os seus detractores e aqueles que usam, com hipocrisia, uma linguagem aparentemente neutra, no contar da sua história, aproveitando para lhe apontar situações que o denigrem enquanto cônsul, é inegável que este homem, imperfeito como todos nós, ousou desobedecer a Salazar, não sendo politicamente seu opositor e sabendo que prejudicaria-se profissional e familiarmente. Aí reside a grande diferença. Uma diferença que se anunciara na sua juventude quando, contrariando a violência e a estupidez das praxes universitárias, propôs, com o seu irmão gémeo, César, um acolhimento aos novos estudantes com música e poesia.

Cinicamente, aproveitar-se-á Salazar do comportamento do cônsul de Bordéus, auto-elogiando-se <sup>(1)</sup>, no final da guerra, ao referir a sua benevolência para com os refugiados que haviam entrado em Portugal e lamentando não lhe ter sido possível ir mais além. De memória curta, mal de todos os tempos, esquecera-se o ditador que um número substancial de refugiados, sobretudo judeus, entrara no país, em 1940, graças a um visto assinado por Aristides de Sousa Mendes, à data cônsul em Bordéus. A própria PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) dava conta, nos seus relatórios, de um número excessivo de refugiados, nesse Verão de 1940. Vale a pena relembrar também as palavras de Sousa Mendes: “Fui eu, assim, o único responsável pela entrada de tantos estrangeiros em Portugal, do que até hoje não me arrependo, cónscio de ter cumprido o meu dever. Mas, em consequência, fui severamente castigado e aposentado ‘por incapacidade profissional’”.

Muitos são os descendentes, espalhados por países vários, que testemunham, pelo facto de eles próprios estarem vivos, e num eco do que lhes foi contado, o dia abençoado em que os seus familiares receberam a assinatura, tão intensamente desejada, que lhes daria a vida. Salazar, como todo o ditador, nunca respondeu às inúmeras cartas enviadas por Aristides de Sousa Mendes, a propósito do castigo recebido. Quebrou o silêncio quando soube da sua morte, a 3 de Abril de 1954, enviando a seu irmão gémeo um cartão no qual expressava: “Sentidos pêsames.”

Pouco interessa a polémica do número

de refugiados salvos, porque, na verdade, louvável é o facto de Aristides ter respondido sem demora ao sofrimento e ao desespero de rostos humanos, que no quotidiano presenciava, assumindo a sua responsabilidade na salvação dessas vidas tragicamente ameaçadas. Um comportamento que continuou em Portugal, na sua residência familiar, em Cabanas de Viriato – Casa do Passal –, na qual encontraram hospitalidade muitos refugiados que aí aguardaram a partida para outro país. Nesse espaço viveu o cônsul de Bordéus até ao final da sua vida, repousando no cemitério local.

É esta casa, espaço arquitectónico que sobressai não só pela sua grandeza arquitectónica, mas também como lugar de memória que remete para o drama intemporal dos refugiados, que todos queremos ver recuperada, cumprindo-se assim finalmente os objectivos da Fundação Aristides de Sousa Mendes [FASM]. É, pois, para nós, motivo de regozijo, porque, resultado de um intenso trabalho conjunto

entre a fundação, a anterior Câmara de Carregal do Sal (continuando a actual movida pelos mesmos propósitos) e a Direcção Regional da Cultura Centro, o facto de se ter obtido do QREN a verba para a realização da 1.ª fase de trabalhos relativos à recuperação do Passal (reposição da cobertura e sustentabilidade das paredes) [é uma realidade]. O concurso público já terminou e, neste momento, aguarda-se a escolha da empresa que iniciará, crê-se, no início do Verão, as obras

A terminar, dou conta de uma iniciativa da FASM, numa homenagem ao cônsul, grande apreciador de música clássica, no próximo dia 10 de Abril, pelas 18h30, no Centro de Estudos Judiciários, com entrada livre: *Recital de Canto e Piano “Aristides de Sousa Mendes”*, com Wolf e Schumann, interpretado por Ana Maria Pinto, João Terleira e Nuno Vieira de Almeida.

**Fundação Aristides de Sousa Mendes**

1) António de Oliveira Salazar, *Discurso e Notas Políticas* (Coimbra, Coimbra Editora, 1951), “Portugal, a Guerra e a Paz”, p.105 (referido por Rui Afonso in *Aristides de Sousa Mendes, Um Homem Bom*).



**O concurso público para a Casa do Passal já terminou e aguarda-se a escolha da empresa que iniciará, crê-se, no início do Verão, as obras**

